



MANDIOQUEIRAS E TORRADORES DO POVOADO FLORESTA/TO: A PRODUÇÃO FAMILIAR DE FARINHA COMO ECONOMIA MORAL

CASSAVA FARMERS AND ROASTERS OF POVOADO FLORESTA/TO: FAMILY FLOUR PRODUCTION AS A MORAL ECONOMY

Euclides Antunes de Medeiros - Araguaína -Tocantins – Brasil

euclides.medeiros@ufnt.edu.br

Olivia Macedo Miranda de Medeiros – UFNT – Araguaína -Tocantins – Brasil

olivia.cormineiro@ufnt.edu.br

Nara Marielle Pires Alves – UFNT- Araguaína – Tocantins – Brasil

naramarielle2018@gmail.com

RESUMO

Este trabalho possui o propósito de apresentar a produção familiar de farinha realizada por mulheres Mandioqueiras e homens Torradores no Povoado Floresta, região que pertence ao município de Wanderlândia, Tocantins, entendida por nós como uma “economia moral” e sua relação com a economia formal de mercado. Buscamos compreender o processo de preparação de farinha bem como a interação entre sujeitos e identificar a prática de produzir como sendo uma experiência de, ao mesmo tempo, promoção de sociabilidade e identidade familiar e relação de gênero entre tais sujeitos

Palavras-chave: Farinha, produção familiar, saberes, economia moral

ABSTRACT

This work aims to present the family production of cassava flour carried out by Mandioqueira (cassava processors) women and Torrador (cassava flour roasters) men in Floresta Village, a region within the municipality of Wanderlândia, Tocantins. We understand this as a “moral economy” and its relationship with the formal market economy. We seek to comprehend the flour preparation process, as well as the interaction among individuals, and to identify the practice of production as na experience that simultaneously promotes sociability, family identity, and gender relations among these individuals.

Keywords: Flour, family production, knowledge, moral economy

INTRODUÇÃO

Nesse artigo discutimos os resultados da pesquisa no Povoado Floresta, município de Wanderlândia, Tocantins com foco na produção familiar da farinha. Tal povoado está situado, desde a década de 50, às margens da rodovia Belém-Brasília (BR-153) a 5 km da cidade de Araguaína-TO. Embora pertença ao município de Wanderlândia, a referência socioeconômica para seus moradores é Araguaína-TO.

O objetivo é problematizar a prática da produção de farinha enquanto uma experiência de promoção de sociabilidade e identidade familiar, bem como a relação de gênero entre os sujeitos dessa produção.

Em nossa abordagem teórica e conceitual partimos da perspectiva de “economia moral” para, assim, esmiuçar as experiências acerca do cotidiano e compreensão da prática dos sujeitos, na relação entre saberes, costumes e economia. Desse modo, essa perspectiva abarca um leque que possibilitará a compreensão da socialização entre os sujeitos e como essas conexões influenciam em suas vivências. Buscamos problematizar a casa de forno como um espaço que abarca todas essas relações. Outro ponto que abordamos nesse artigo são os papéis sociais de gênero - masculino e feminino -, já que que, na preparação da terra, no plantio da mandioca e na torrefação da farinha, os homens são os protagonistas, e, em outros processos, as mulheres se integram, como, por exemplo, na descascação de mandioca e na lavagem da massa.

Nessa lógica, a temática ao redor do gênero foi evidenciada nas visitas de campo e nos relatos das entrevistas. Nosso intuito foi perceber até que ponto o porte físico interferia no sucesso dos processos produtivos, e também se acontecia algum preconceito entre os gêneros seja na capacidade de efetuar qualquer serviço ou inferiorização de um gênero em relação a outro. Por último, mostraremos as práticas como construtoras de identidade familiar. A conjugação das entrevistas e desdobramentos teóricos e metodológicos da perspectiva de uma economia moral nos levou a perceber que os sujeitos têm uma preocupação em conservar esse conhecimento passando-o para as gerações mais jovens, e que percebem a produção de farinha como uma relação que fortalece uma identidade tanto individual quanto coletiva.

A pesquisa foi realizada, do ponto de vista metodológico, por meio da História Oral e suas técnicas de entrevistas. Teoricamente, mobilizamos a História Social, mais especificamente a vinculada à matriz dos Estudos Culturais Britânicos. A categoria de análise “Economia Moral” foi norteadora do trabalho que direcionou nossas análises e interpretações como instrumento para analisarmos os padrões de experiência vivenciados pelos moradores da comunidade do Povoado Floresta, em sua maioria, de origem rural. Tal conceito apresenta-se como necessário, pois, segundo Thompson (1971, p. 258), “Nenhum outro termo parece se oferecer na hora de descrever a maneira como muitas relações ‘econômicas’ são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas”. No que concerne aos sujeitos com os quais nos relacionamos na pesquisa, embora sejam de origem rural, assim como Woortmann (1990, p. 13.) preferimos

falar não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento.

A pesquisa evidenciou que os costumes e saberes são repassados de geração em geração por meio do recurso da memória coletiva construída pela comunidade. Entendida como um elemento constitutivo de identidade, a memória age diretamente na construção de uma narrativa. Tal característica faz com que a oralidade e a memória atuem juntas transformando uma narrativa do passado em um discurso que ainda está em processo de construção, voltado para o presente. Sobre as críticas acerca da História se valer da memória para reconstruir o passado, Pollack (1992, p. 8) argumenta que

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A criticada fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.

A História Oral manifestou-se como instrumento importante para a pesquisa, uma vez que essa metodologia se caracteriza pela democratização da história por meio do interesse em se compreender e valorizar o que é narrado pelos sujeitos sobre os quais a pesquisa se debruça. Tais sujeitos carregam em si memórias coletivas e individuais e a ação de entrevistá-los busca o entendimento tanto sobre o processo produtivo da farinha, por meio de saberes específicos da comunidade, quanto sobre as relações estabelecidas entre os sujeitos e também problematizar a relação destes com a interferência da pesquisadora em sua comunidade. Isso porque, na concepção de Alessandro Portelli:

A história oral não tem sujeito unificado: é contada de multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador. (PORTELLI, 1997, p. 39).

Nesse sentido, o “tomar partido” retratado na citação acima apresenta-se aqui na preocupação em dar visibilidade aos moradores da comunidade. Levando-se em consideração que muito desses sujeitos não são reconhecidos como produtores de conhecimento. Essa perspectiva propõe que o produtor de farinha, além de produtor de conhecimento, precisa de destaque e oportunidade para discorrer sobre sua própria história, ou seja, narrar as experiências que esses sujeitos enfrentam no dia a dia. A história oral, nesse sentido, democratiza o fazer histórico e reconhece tais sujeitos como agentes políticos. Posto isto, nossa proposta então é dar visibilidade aos sujeitos que produzem farinha e, conseqüentemente, trazer à tona um saber existente, que até então não foi ouvido e reconhecido pela historiografia mais tradicional.

Ao utilizarmos as técnicas de entrevista com História de Vida e Roda de Conversa Gravada, foi possível propiciar às entrevistadas e entrevistados liberdade de narrar suas experiências a partir do que eles consideraram importante. Tal prática permite que o narrador se sinta à vontade para comentar aquilo que, mais tarde, se mostrará significativo à análise do pesquisador. Dessa forma, partindo da concepção de Perazzo (2015, p. 123): “não se busca a verdade, já que cada sujeito narra a partir de sua

subjetividade, uma vez que cada um vê o objeto a partir do seu lugar no mundo e constrói sua narrativa de forma seletiva, marcando sua trajetória de acordo com sua concepção de mundo e sua percepção de si mesmo”. Nesse sentido, o relato oral é construído a partir do olhar particular do narrador, reveleando sua percepção de mundo, embora essa percepção seja uma construção coletiva.

As entrevistas foram planejadas e estruturadas mesclando a abordagem com entrevista semiestruturada, com história de vida e roda de conversa. A característica do modelo semiestruturado, permite ao pesquisador apresentar um modelo de entrevista flexível, um roteiro em status preliminar, para que o mesmo consiga interferir no andamento da entrevista caso precise. Havíamos programado realizar 8 entrevistas individuais com os membros de uma mesma família, a saber: Eliane Feitosa Araújo, Alzenir Pires Feitosa, Meirismar Dias Brito Feitosa, Justino Pires Feitosa, Raimunda Pires Santana, Elza Amâncio dos Santos, Letícia Alves e Bruno Sousa Feitosa.

Entretanto, percebemos que, ao iniciar uma entrevista com um determinado sujeito, outros que estavam próximos começavam a opinar sobre a fala do primeiro. Então, realizamos apenas duas no formato individual e redirecionamos as entrevistas para uma roda de conversa gravada com a participação de todos, até em respeito ao que entendemos ter sido um desejo, expresso de forma tácita, do grupo familiar. A “opção” pela roda de conversa é reforçada pela compreensão de que a atividade, nesse formato, não seria algo estranho aos nossos interlocutores e que tem proximidade com as práticas de oralidade no seio das famílias de origem rural. Ressaltamos ainda que a palavra, e por extensão, a oralidade, de acordo com Bakhtin (2014, p. 117),

constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. [...]. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (grifo nosso).

A PRODUÇÃO DA FARINHA E OS PROCESSOS DE SOCIABILIDADE

Inicialmente, apresentamos aqui o processo de produção de farinha, que se inicia com uma preocupação com o preparo da terra para o plantio da mandioca, ou seja, a terra é elemento fundamental e tem um papel significativo no processo. E, logo após esse primeiro cuidado, procede-se ao plantio e fortalecimento das plantas mediante as capinas para manter o mandiocal limpo até a época mais esperada com a atividade de arrancar a mandioca do solo e transportá-la até a casa de forno.

Figura 1- Transporte da Mandioca por trator até a casa de forno



Fonte: arquivo dos pesquisadores

A casa de forno evidencia-se como o locus privilegiado da produção da farinha e é onde ocorrem as demais etapas do processo de produção que correspondem à

descascação da mandioca, ao momento de ralação, à prensagem, ao esfarelamento, à peneiração, ao enxugamento e à torração.

Figura 2- Descascação da mandioca pelas mulheres



Fonte: arquivo dos pesquisadores

Nove mulheres concentradas no processo da descascação. Já as encontramos assim ao chegar na casa de forno, às 9 horas. As idades variam muito, assim como suas experiências, uma das mais maduras, longevidade denunciada pelos cabelos brancos, com mais de 50 anos, diz que já está há “20 anos na lida”, as mãos habilidosas correm a faca afiadíssima sobre o tubérculo da mandioca que descasca em poucos segundos. A mais jovem, de 28 anos, sentada ao lado, acompanha os movimentos com a mesma habilidade. Segundo esta, “a torra é serviço de homem porque precisa de força bruta, e

a descasca, serviço de mulher que tem mais habilidade”. Lentamente, as duas pilhas enormes de mandioca vão diminuindo mediante o trabalho incessante dessas mulheres. Conversam muito durante o processo, mas sem interrompê-lo, a não ser por pequenas pausas para tomar uma xícara de café ou um copo de água. Ou uma pausa de cerca de 5 minutos para afastarem, com o auxílio de uma enxada, as cascas que vão se acumulando aos seus pés. Estão desde cedo na descasca apenas essas nove mulheres.

Figura 3- Trituração da Mandioca



Fonte: arquivo dos pesquisadores

Figura 4- Enxugando a massa



Fonte: arquivo dos pesquisadores

Por volta das 16 horas, os homens, sete ao todo, vão chegando para iniciar a trituração da massa, que fora prensada navéspera. Enquanto uns trituram, outros vão acendendo os 3 fornos da casa de forno. O calor e a fumaça vão, aos poucos, tomando conta do ambiente. Mais alguns minutos e já são dez homens. O ambiente bem calmo, com vozes pronunciadas em tom baixo pelas mulheres, vai se transformando e um

vozerio indistinto com altas gargalhadas misturadas ao barulho do motor do triturador toma conta do recinto. A atividade que era calma se torna quase frenética, uns trituram, outros limpam os tachos, outros colocam os tachos sobre os fornos e outros ainda peneiram a massa que já fora triturada. A primeira leva de massa peneirada é levada ao forno para enxugar e, posteriormente, é repassada para um segundo forno para torrar. A tritura não para, pois é preciso triturar mais mandioca para preparar mais massa a ser prensada para ser torrada no dia seguinte.

Durante o transcorrer da pesquisa, percebemos que a tarefa de produzir a farinha é muito mais que processar e transformar a matéria prima, a mandioca, em seu produto final. Ela envolve relações de parentesco e amizade, de vizinhança, e, até mesmo, de afeto. Um ato coletivo centrado na produção familiar no qual, em meio às conversas acerca de assuntos de toda ordem, ocorrem a troca de saberes que envolvem a produção de farinha por meio do recurso à memória. Essa troca nunca é de forma padronizada. Ela ocorre em meio a gracejos, por meio dos quais “estórias” do passado são contadas. E, por meio dessas interações, a prática de produção, um trabalho árduo e cansativo, transcorre em um ambiente mais leve e descontraído que ameniza a agrura do trabalho transformando-o de algo enfadonho e cansativo em uma atividade alegre e divertida.

Nesse ambiente são narradas as “peripécias” que os sujeitos participaram quando mais jovens, por diversão, sendo indo a uma festa ou por desobediência aos pais. São trazidas à tona abordagens das lembranças de mocidade, ou mais atuais, mescladas às narrativas sobre os saberes específicos acerca da produção da farinha. Os assuntos, a “prosa”, como dizem, são diversificados e “mudam o rumo da prosa” a depender dos subgrupos que se formam para realizar uma determinada etapa do processo, especialmente a partir da divisão entre homens e mulheres.

Como já afirmamos, todos os entrevistados pertencem a uma mesma família, e, ao questionarmos se era uma típica produção familiar, como muitas aqui na região, onde a família produz, consome e comercializa a farinha de forma conjunta, a resposta nos surpreendeu:

É, apesar... tipo, o dono daqui é meu tio, é irmão dela, cunhado dela, tio dela,

primo dela, primo dela [apontando para cada uma das mulheres presentes]. Aquele lá é o filho, só que todos nós recebemos a nossa diária, o lucro não é dividido por igual, igual é [como] nas outras famílias [se referindo às famílias que realizam a típica produção familiar]. **(Eliane, roda de conversa gravada pela pesquisadora em 12-09-2023).**

Aqui, há um elemento importante a ser discutido. Embora as relações familiares estejam bem demarcadas, e a forma de produção, no que se refere às atividades realizadas, siga os mesmos parâmetros da típica produção familiar, o mesmo não acontece quando se trata da divisão do produto final e/ou da renda auferida. O enunciado “o dono daqui é meu tio” evidencia que, embora o tio de Eliane, seja o “proprietário” da casa de forno, o que conta mais para Eliane é a relação de parentesco, e não o fato de o dono ser, além de parente, o “Patrão”. Segundo Woortmann (1990),

Dono é também uma categoria moral [...], opondo-se à de proprietário. Enquanto esta última remete a uma ordem econômica, onde a terra é mercadoria, e a uma lógica jurídica coerente com tal ordem, a primeira remete a uma ordem moral, onde a terra é patrimônio e transmitida como tal, de geração a geração, segundo padrões camponeses de herança que variam de lugar para lugar, mas sempre espelham essa ordem moral (p. 27).

A fala a seguir, do Sr. Justino, irmão do “dono” da casa de forno, corrobora a assertiva do autor acima bem como coaduna-se com o nosso entendimento de que há uma economia moral assentada em laços de parentesco que orienta as experiências desses sujeitos.

É o véi [pai de Justino] tinha essa terra que até hoje nois produz nela, né. A terra é pequena, mas criou os filho tudo, e nós sobrevive, tamo criando os nossos e sobrevivendo dela também [...] sempre... a minha vida foi da roça, eu nunca tive... nunca trabalhei na cidade. E às vezes trabalhei fora, mas não na cidade, sempre na zona rural, na lavoura e sempre na produção de mandioca [inaudível]... Aí foi passando para eles. **(Sr. Justino, entrevista concedida à pesquisadora em 17-09-2023).**

É perceptível a valorização dos laços de família e da herança familiar, seja em relação à terra, seja em relação ao “viver da roça” que constrói um modo de viver específico e com uma economia moral específica que resulta na construção de uma coletividade com base em relações familiares que, a seu turno, engendra uma identidade familiar que é repassada de uma geração à outra, isto é, percebermos como a produção de farinha possibilita um reconhecimento da atividade como uma identidade de si e dos próximos, e não somente como uma atividade laboral e/ou

econômica. Eliane, uma das mulheres mais desenvoltas na roda de conversa, também evidencia a construção dessa identidade familiar:

Eu comecei descascar mandioca com os 12... uns 12 anos mais ou menos. A minha mãe já tem uns 40 anos, sempre foi dessa profissão. Eu fui com 12 anos. Eu comecei a descascar mandioca com 12 anos. Comecei a trabalhar de verdade mesmo me aceitaram na empresa com 17 que eu era muito nova na época, mas eu fui criada assim no meio da mandioca, é uma tradição de família. **(Eliane, roda de conversa gravada pela pesquisadora em 12-09-2023).**

O ato de descascar mandioca, apontado acima, é revelado como uma atividade intergeracional aprendida desde a infância como algo rotineiro e de cunho familiar, como uma tradição de família mesmo. Tal tradição se evidencia também, no que concerne às mulheres, na autodenominação “Mandioqueira”. Tanto que, atualmente, ainda continua essa prática junto com sua mãe e demais parentes. Em virtude disso, expressou em outros momentos, instigada por nós, que há uma preocupação se tal tradição continuará sendo repassada para as novas gerações.

Eu acho que é porque nem pode e poque não tem necessidade. Não tem necessidade, porque primeiro que nós mães... a gente sabe que o trabalho infantil é ilegal, com certeza o patrão não vai querer porque também não é legal... a gente tem consciência disso. E hoje em dia elas não têm a necessidade que a gente tinha antes. [sobreposição de voz]. Mas, elas [as crianças] não têm a necessidade que nós tinha antes, Raimundinha [se contrapondo à colega que fez uma intervenção em sua fala]. Hoje elas têm tudo, de estudar, de fazer um curso, uma dança nossa diversão [das crianças] é essa. A gente não tinha acesso à internet hoje elas têm... aí elas fazem o que? a minha [filha] fica no celular. Elas quer aprender a fazer bolo, essas coisas que elas veem sabe. Não quer trabalhar nisso... não vai ter uma nova geração, eu acredito. **(Debate entre Eliane e Raimunda, roda de conversa gravada pela pesquisadora em 12-09-2023).**

As mandioqueiras, embora considerem a atividade, apesar de pesada, divertida e gratificante, como veremos mais adiante, em sua maioria não querem que suas filhas sigam a vida de trabalhadoras no mesmo “ofício”, levando-se em consideração sua infância ter sido mais difícil e com preocupações em ajudar os familiares na produção de farinha. E, assim, carregando toda essa experiência, as mesmas querem outros rumos e expectativas para suas filhas, ou a nova geração em geral, e deduzem como sendo o melhor caminho a preocupação em incentivar o gosto pelos estudos e uma vida melhor em seu ponto de vista.

Voltemos aos assuntos abordados entre os grupos na casa de forno. No grupo responsável pela descascação da mandioca, que é realizada pelas mandioqueiras, apenas mulheres, portanto, os assuntos normalmente giram em torno dos afazeres domésticos sobre as relações nas comunidades e sobre o dia-a-dia. Desse modo, a diversificação de assuntos entre os grupos torna a prática de produção mais dinâmica. Nessa lógica, no decorrer das visitas de campo e entrevistas, percebemos as diferenças de comportamento dos grupos, seja de forma mais aberta e simpática por parte das mandioqueiras, ou um ambiente mais sério e tímido por parte dos torradores. Isso quando esses grupos estão relativamente separados ou muito concentrados na tarefa executada, pois, em vários momentos esses grupos passam a interagir e o ambiente, como já narramos, se torna divertido e alegre para todos.

Especificamente sobre o grupo das mandioqueiras, a pesquisa revelou, surpreendentemente, para nós, que elas todas fizeram questão de evidenciar que as relações entre si, por meio da atividade da descascação, resultava como um tipo de terapia. Em determinado momento da roda de conversa, uma dessas mulheres acabou declarando que sofre de ansiedade e que, ao descascar a mandioca e dialogar com as outras mulheres, acalmava sua mente. A partir desse momento, e nesse ambiente de descontração que a roda de conversa propicia, iniciou-se, da parte de quase todas, um “desabafo” sobre os problemas em casa, problemas “internos” ou “subconscientes” nas palavras de uma delas.

A descascação se converte, assim, para além de prática apenas laboral, em uma relação entre mulheres que fazem daquela prática uma relação de sororidade.

E aí a gente se ajuda, as vezes tem crise de ansiedade, as vezes eu dou crise de ansiedade aqui no monte de mandioca. Aí eu falo assim ‘sás menina, eu não tô bem, eu tô passando mal’. _ue que tu tá sentindo? eu tô passando mal’. Aí a gente começa a conversar, distrair e tudo passa. E não só sou eu que tenho a crise de ansiedade, parece que a nossa turma aqui tudim sofre disso. Aí nos estamos prontos para ajudar uma a outra [...] acho que nós tem um grupo da farinha que nós tem até que abrir o ‘grupo da ansiedade’ [risos]. Por que a gente vai desabafando todo dia. A gente não consegue dormir à noite, quando a gente chega aqui a gente fala. **(Elza, roda de conversa gravada pela pesquisadora em 12-09-2023).**

Observamos também que as mandioqueiras apresentam uma facilidade maior em expressar seus sentimentos e problemáticas, seja entre si, seja em relação à

pesquisadora. O grupo formado apenas por homens, ao que pudemos observar, é constituído por personalidades mais “fechadas”, especialmente no que tange à exposição de sentimentos. Embora não tenhamos realizado uma roda de conversa específica com os torradores e demais homens, aqui e ali eles emitiam uma opinião sobre o que as mandioqueiras diziam, ou, às vezes, estas perguntavam alguma coisa acerca da produção de farinha a eles. Todavia, pela escuta e observação foi possível identificar que os assuntos, além do próprio ato de torrar, envolviam pescarias e caçadas, anedotas sobre alguém que exagerou na cachaça, as dificuldades com a lida na roça, dentre outros.

Portanto, deduzimos que a produção de farinha promove uma interação diversificada entre os grupos no ambiente da casa de forno, e que, inevitavelmente, os processos de sociabilidade acontecem orientados por valores morais, e, claramente, dependem do grupo envolvido, revelando sentidos mais íntimos e\ou profundos ou mais gerais e superficiais, se formados por mulheres ou homens, respectivamente. Percebe-se logo que há uma divisão sexista das etapas e tarefas na produção da farinha, baseada nos valores e costumes da comunidade, especialmente no que se refere aos papéis de gênero, que será objeto de problematização no próximo tópico.

PAPÉIS DE GÊNERO NA PRÁTICA E EXPERIÊNCIAS NA CASA DE FORNO

Na casa de forno, as tarefas são organizadas entre os grupos tendo ficado nítida uma divisão sexual do trabalho. Portanto, a questão do gênero é crucial. Sendo assim, os homens e mulheres fazem suas funções de forma separadas, cujas tarefas configuram-se na descascação da mandioca, pubagem, ralação, prensagem, esfarelamento, peneiração e torração. Nesses processos, uma das preocupações seria o porte físico dos membros dos grupos, ou seja, o questionamento predominante seria até que ponto uma mulher ou homem conseguiria fazer qualquer uma dessas funções.

O serviço da torração é mais para os homens porque eles têm mais resistência física, eles precisam de mais força. E aqui [na descascação] a habilidade, então a gente tem mais habilidade para descascar, a gente usa

mais a habilidade e eles trabalham mais com a força braçal mesmo né? então tem essa divisão, nós mulheres descascam e eles torram e mexe com a parte pesada **(Eliane, entrevista concedida à pesquisadora em 17-09-2023)**.

Percebe-se claramente a incorporação de papéis sociais pré-definidos histórica, social e culturalmente, nos quais a “força braçal” seria um atributo masculino e a “habilidade manual” um atributo feminino, ambos atributos “naturais” do gênero correspondente. Tal posicionamento, com base em atributos biológicos, é um fato inquestionável? Antes de responder essa indagação, devemos problematizar a própria desigualdade de gênero.

Inspirados na autora Guacira Lopes Louro, entendemos que a questão de gênero apresenta diversas problemáticas e que diretamente se relacionam com nossas preocupações aqui. Desde tempos imemoriais em que a relação entre o masculino e o feminino, na qual a mulher foi historicamente “inferiorizada” e (mal) comparada aos homens, se pautou pela recorrência a atributos, ora biológicos, ora psicológicos que seriam “naturais” dos gêneros. Tal construção histórica foi um instrumento utilizado para que as mulheres fossem “ensinadas” e, em regra, forçadas a “descobrirem-se” como o gênero “naturalmente” inferior e que devem submissão aos homens, seja em qualquer área de atuação. Segundo Guacira Louro:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final irreconhecível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção sexual, serve para compreender - justificar - a desigualdade social. (LOURO, 1997, p. 20-21).

O argumento biológico não se sustenta, nem mesmo em termos práticos. Embora a divisão sexual do trabalho entre mandioqueiras e torradores no âmbito da produção de farinha seja a regra, há várias exceções constatadas como as relatadas por meu Orientador mediante pesquisa realizada pelo mesmo em outro município, distante apenas 80 quilômetros do Povoado Floresta, onde foi verificado algumas mulheres participando da trituração, prensagem e torração, juntamente com seus companheiros. Portanto, se há exceções, o argumento biológico não para de pé. O que ocorre é que, ao enunciar a oposição entre “força braçal” e habilidade manual”, lembrando que ele

remete ao aprendizado da descascação à uma tradição familiar aprendida com a mãe, a mandioqueira Eliane revela a incorporação e reprodução de uma representação acerca do feminino e do masculino, construída histórica e culturalmente por nossa sociedade assentada em uma visão de mundo patriarcal. Nossa afirmação se coaduna com a argumentação de Louro (1997):

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (p.22).

Dito de outra forma, tais relações só podem ser entendidas como construções de gênero socialmente estruturadas. As mulheres, de forma geral, dadas as condições históricas em que estão inseridas, navegam entre dois mundos: o da reprodução destas representações de fundo patriarcal por um lado, e, por outro, o do questionando de tais representações a depender de suas experiências, inserção geracional e do tema em questão. Dessa forma, as gerações mais longevas tendem à reprodução mencionada, enquanto dentre a nova geração emergem os questionamentos. Assim, trazendo para o contexto da pesquisa, em determinado momento da roda de conversa verificamos o seguinte questionamento enunciado por Elza como um trauma:

Eu tive que botar porque minha mãe ensinou. Aí quando foi uma das coisas que eu falei se um dia eu for me casar, um dia eu vou ter filho uma coisa que eu não vou fazer é colocar comida no prato porque eu criei trauma, eu criava trauma, medo. Eu lembro assim, olha, que eu colocava comida do cá, do Adão e do papai aí colocava a minha, quando eu sentava pra começar a comer papai me chamava porque o prato dele já tinha acabado. Aí eu tinha que levantar, aí um dia eu me estressei, falei: 'hoje eu vou colocar muito que é para ele não me pedir mulher', enchi o prato, quando eu entreguei pro papai, papai disse: 'ei Elza _eu senhor, vem cá ai eu fui lá, _tira um bocado dessa comida e bota lá na panela e toda vez que eu quiser você vai lá e bota, aí eu fiz, aí eu criei trauma disso pra mim botar comida para os outros, ele não come. **(Elza, roda de conversa gravada pela pesquisadora em 12-09- 2023).**

Ao narrar o ocorrido entre ela e o pai e enunciar que o fato tenha lhe gerado um "trauma" e que a depender de ela "colocar comida para os outros" [homens] o sujeito "não come", Elza, que tem 51 anos de idade, revela estar incorporando uma nova visão de mundo na qual a mulher questiona e se rebela contra as imposições masculinas baseadas em costumes. Atualmente, ela trabalha na função de mandioqueira e seu

relato expressa uma lembrança do passado que ainda lhe assombra. Sua narrativa também revela a mudança geracional de comportamentos, já que a prática de por comida no prato foi, durante muito tempo, realizada por sua mãe, e que esta tenha a “ensinado” a fazer a mesma coisa. Sentindo-se inferiorizada por ter que realizar uma tarefa simples que seu genitor e irmãos poderiam fazer naturalmente, questionou e rebelou-se contra tal prática. Ao se casar, “impôs” que, dentro de sua própria casa, a prática se extinguisse deixando de ser uma mulher “subalternizada” nesse sentido. Apesar de parecer algo menor, sob a ótica do senso comum, sua atitude tem um valorsimbólico transformador para as construções de gênero.

Uma outra questão importante, em termos de questionamento, para as mandioqueiras, refere-se à diferença salarial entre os gêneros. Enquanto os homens auferem uma diária que varia entre 70 e 100 reais para as atividades de trituração e prensa, e entre 100 e 150 reais para a função de torrador, as mandioqueiras recebem apenas 50 reais por diária. Segundo os torradores, tal variação se dá em função da quantidade de farinha a ser produzida. Quanto maior a quantidade, maior será a diária, negociada com o dono da casa de forno. Já no caso das mandioqueiras, independente da quantidade, a diária é a mesma, sem negociação.

O mais importante a ressaltar aqui é que, para além da desigualdade se expressar diretamente pelos valores nominais, há ainda uma indireta: no início do nosso relato, narramos que “já a encontramos (as mandioqueiras) assim ao chegar na casa de forno às 9 horas” e que “por volta das 16 horas os homens vão chegando”. Pela quantidade de mandioca já descascada que havia quando chegamos, elas devem ter começado por volta das 8 horas. A quantidade de horas despendida pelas mandioqueiras (das 8 às 18 horas, momento em que encerraram), contabilizando a parada para almoço, equivalem a 9 horas. Os homens iniciaram às 16 e encerraram por volta de 0 hora). 8 horas despendidas pelos homens e 9 pelas mulheres. Ora, hipoteticamente, mesmo que a diária fosse a mesma, e NÃO é, elas estariam deixando de receber por 1 hora trabalhada. Some-se aqui que o valor da diária masculina chega a ser 3 vezes maior que a feminina. A desigualdade é imensa. E, mais uma vez, o principal argumento para a manutenção da desigualdade de gênero que os homens utilizam

funda-se -se no “porte físico”, dado que a torração exigiria mais força e desgaste físico e, daí o protagonismo masculino.

Mas sobre desgaste físico, elas também têm muito a dizer: Alzenir faz questão de quantificar o trabalho: “Olha, veio duas carradas semana passada do Divino [local de onde veio a mandioca], cada carrada daquela é quatro tonelada, então no caso foi oito tonelada que nós descascou em três dias”. Eliane confirma em tom bastante enfático: “Três dias, oito tonelada!” E para que não fique dúvidas relaciona a tonelagem com unidade de mandioca: “Anrran!, e assim, uma a uma!, você vai contar: será quanta mil raiz, milhões né? Uma a uma naquele processo, então é exaustivo, nãh! **(Alzenir e Eliane, roda de conversa gravada pela pesquisadora em 12-09-2023)**. Nesse ponto, observamos uma mudança marcante no tom e na velocidade das palavras: enquanto o tom foi sempre ameno, vozes tranquilas e pausadas durante quase todo o transcorrer da roda de conversa, entrecortada por muitos risos inclusive, nesse momento ele se tornou rápido e muito incisivo mediante algumas interjeições, exclamações e acenos de cabeça

A fala de Eliane, a seguir, em tom de desabafo, revela a consciência acerca dessa desigualdade: “Nós merece mais! o trabalho aqui é muito cansativo. Começar a revolução. A carga horária aqui é muito pesada para nossa diária, nossa diária é 50 reais, e veio aumentar ao longo do tempo aumentava de 5 em 5 reais de ano em ano.” **(Eliane, entrevista concedida à pesquisadora em 17-09-2023)**. O enunciado, “começar a revolução”, “solto” no meio de sua fala revela que, apesar de não haver nenhum movimento articulado nesse sentido, elas têm consciência e desejo da necessidade que a situação se transforme.

Além do trabalho remunerado, as mulheres se sobrecarregam a partir do desempenho do papel de esposas e mães nesse mesmo contexto, o que torna as responsabilidades maiores e cansativas, como no trecho abaixo que evidencia o cuidado e o trabalho doméstico não remunerado ao mesmo tempo em que revela também a opção em ser mandioqueira.

Mas aí tem pessoas que trabalha assim [em emprego formal] ele tem que ter o carro próprio, tipo assim se ela for pagar passagem, pagar comida para ela comer lá em Araguaína [no povoado não há muitas opções de trabalho] aí

ela vai ganhar mais um pouquinho de 600, mas ela aí ela vai tirar o crescimento que ela tem com filha dela, acho que a opção que nós tivemos de cuidar, de vim descascar mandioca porque nós pode trazer nossos filhos, nós fica gritando ele, se ele cair nós estamos lá. Tipo se ele tiver com muito calor os nossos patrão não incomoda de nós ir banhar. [sobreposição de voz] cinco minutos antes ela sai antes para ir buscar no colégio, então assim eu acho que nós como mães, é isso que nós aqui quer: ver nossos filhos crescer porque tem muitas pessoas igual a gente vê cantor famoso, esse povo famoso, que não vê seu filho crescer. **(Elza, roda de conversa gravada pela pesquisadora em 12-09-2023).**

Aqui, o cuidado com os filhos é nos apresentado por essas mulheres como sendo uma das motivações para que as mandioqueiras tenham feito a opção pelo ofício. O termo “cuidado” pode ter vários significados, dependendo de quem o enuncia, com quais objetivos e no âmbito de qual discussão é mobilizado. No âmbito da discussão de gênero é necessário abordá-lo por, pelo menos, três aspectos: o aspecto material já que envolve o trabalho de cuidar; o aspecto econômico que implica custos em cuidar; e o aspecto afetivo e psicológico que envolve a sociabilidade. A mulher é, mediante as representações de gênero socialmente estruturadas, como já aludimos, colocada como provedora “natural” do cuidado no que refere à família, e, especialmente, no que tange aos filhos. Naturalização que nega a construção histórica e cultural dessas representações. O cuidado é, pois, por meio dessas representações, entendido e experimentado como uma prática a ser realizada exclusivamente por mulheres, não remunerada e desvalorizada. Nesse sentido, Moreno (2014, p. 07) problematiza essa multidimensionalidade constitutiva do cuidado e do ato de cuidar:

Desde o advento do capitalismo como modo de produção hegemônico do Ocidente, o patriarcado reconfigurou-se, tornando-se um componente fundamental desse sistema, o capitalismo patriarcal. A separação rígida entre o mundo público e o privado, à qual corresponde também a separação entre produção e reprodução, é um elemento central que organiza a vida em nossas sociedades com base na divisão sexual do trabalho e nas práticas sociais diferenciadas entre homens e mulheres. No capitalismo patriarcal, a família reconfigurou-se em um modelo ideal, de homem provedor e mulher cuidadora; e a esfera doméstica tornou-se o lugar em que as atividades fundamentais para a produção do viver costumam ser realizadas de forma não remunerada.

As mandioqueiras assumem esse papel e, embora não remunerado e desvalorizado pela sociedade patriarcal, é ressignificado por elas, inclusive do ponto de vista econômico, mas também de forma afetiva à medida que entendem, e expressam,

que teriam um custo maior, caso se dedicassem à uma atividade no mercado formal de trabalho e que, em não o fazendo, sobram-lhes tempo e condições necessárias para o afeto em família.

A PRODUÇÃO DE FARINHA COMO ECONOMIA MORAL

A economia moral é nosso referencial para, de certa forma, sintetizar os tópicos anteriores pois foi a base da qual partimos para conseguirmos analisar e interpretar o máximo de elementos possível no se refere à atividade de produzir farinha no Povoado Floresta.

No ensaio “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” Edward Palmer Thompson cunha essa categoria de análise a partir da problematização dos “Motins da fome” correspondentes aos conflitos experienciados entre a classe trabalhadora/popular e a classe dominante na Inglaterra do Século XVIII, e abriu caminho para novas abordagens e possibilidades de interpretação das formas de resistência e adequação por parte dos trabalhadores. Assim como Rojas (2020, p. 99),

pretendemos estender, aqui, o mesmo espírito de maturação thompsoniana desse conceito, que deriva de tê-lo concebido como um instrumento teórico que nos permitiu explicar apenas os "Motins de Fome" na Inglaterra do século XVIII. A partir disto, alçou voo e foi transformado em um conceito essencial para explicar as diferentes ações de protesto e resistência da multidão inglesa nos séculos XVIII e XIX. Passou a ser concluído, posteriormente, com sua elaboração e abertura mais universal, como uma ferramenta conceitual referente aos mecanismos subjacentes às diferentes formas de protesto e à ação social das multidões, em diferentes países e continentes, e nos diferentes séculos e momentos de toda a história capitalista. Tal maturação, assim, foi realizada pelo autor deste conceito crucial de 'economia moral da multidão'. [...], gostaríamos de continuar e explorá-lo como uma ferramenta conceitual ainda relevante para a análise de certas realidades e processos implantados nesse incipiente terceiro milênio [...].

Dessa forma, tendo sofrido alterações ao deparar-se com diferentes contextos, seja como uma adaptação ou como releitura, em nossa pesquisa, a economia moral é mobilizada para entender, no Povoado Floresta, uma forma econômica específica e como as relações entre os sujeitos constroem aquela realidade onde identificamos, dentre os trabalhadores produtores de farinha, uma hierarquização difusa por meio da divisão do trabalho. Metaforicamente, uma pequena pirâmide dentro da casa de forno.

Tal pirâmide corresponde ao dono da casa de forno no topo, torradores e demais trabalhadores masculinos abaixo do dono e as mandiocadeiras configurando a base dessa pirâmide.

Ao afirmarmos que a hierarquização é difusa, entendemos que ela não segue exatamente os parâmetros de uma relação típica entre patrões e empregados que estrutura a economia capitalista formal, à medida que as relações se dão mediadas pelo parentesco. E, mesmo as pautadas na divisão sexual do trabalho, são ressignificadas em alguma medida.

O comportamento desses trabalhadores e trabalhadoras e suas interações é orientado a partir de suas experiências no âmbito familiar que lhes dão uma percepção acerca de como cada um é importante no processo de produção de farinha e o quanto esse processo é significativo para o bem-estar do grupo familiar.

Sendo assim, essas interações resultam em processos de sociabilidade de acordo com as necessidades dos sujeitos e orientam, tanto a atividade produtiva em si, quanto a percepção que tem do processo e de suas próprias relações e, em boa medida, constroem sua visão de mundo e, particularmente, visão do trabalho tanto das gerações anteriores quanto as gerações atuais, recursando à memória familiar e seus costumes. No que tange à orientação da produção, o trecho a seguir demonstra o comprometimento e interação dos indivíduos no que se refere aos “acordos” sobre os dias da semana e o tempo dedicados à produção de farinha:

Aí vai descascando, aquelas muié tudo, termina de descascar aí passa dois dias aí, nós vamos supor, botou na segunda, hoje e amanhã começa a botar aí, quarta-feira, quinta-feira... quinta, sexta, aí, as vezes na segunda não dá para fazer tudo, aí nós faz até o sábado, até três dias nos torra. **(Sr. Justino, entrevista concedida à pesquisadora em 17-09-2023).**

A fala de Justino evidencia que os dias em que irão trabalhar e a quantidade de horas em cada dia depende, por um lado, da quantidade de farinha a ser produzida e, por outro, de acordar com os demais parentes se é possível “fazer tudo” nos dias programados ou não. E essa dinâmica só é possível pelo fato de serem parentes, o que seria impossível de ser pensado no contexto de uma relação formal de trabalho.

Em outro momento, ele dá mais informações que nos remetem à ajuda mútua: “trabalhopor diária... é assim... é porque eu sempre trabalho assim. Mas eu produzo pra

mim também né. Aí as vezes ajudo meu irmão. Assim... aí nós troca, quando eu vou produzir a minha ajudoele me ajuda”. (**Sr. Justino, entrevista concedida à pesquisadora em 17-09-2023**). Aqui há uma ponderação a ser feita: embora o dono da casa de forno seja o irmão de Justino (que preferiu que seu nome não aparecesse alegando ser tímido), na prática, todos agem da mesma forma no que se refere à organização da dinâmica produtiva da casa de forno. Para um observador externo, é mesmo impossível distinguir quem é que “comanda” as atividades. As mulheres, porexemplo, começam a descascação logo cedo, sem que precisem de nenhum direcionamento para tal. O irmão de Justino fica subsumido junto com os demais trabalhadores sem que se perceba que ele seja o dono. Não há nenhuma necessidade de vigilância de um “capataz”, chefe ou função assemelhada. Todos sabem o que têm que fazer e o fazem de bom grado. Nesse sentido, toda a dinâmica se configura, em nosso entendimento, como uma forma de cooperação.

Eliane percebe essa dinâmica da seguinte forma “é igual... assim... é um luxo ser os nossos próprio patrão, não trabalhar [fora da família], isso aí para mim... eu vejo é um luxo. A gente faz o horário, a gente faz a folga, isso aí é tranquilo” (**Eliane, entrevista concedida à pesquisadora em 17-09-2023**). E, novamente, traz à tona a questão do cuidado com a filha

É, por exemplo, eu trabalho aqui e podia trabalhar na Araguaína. Porque eu tenho curso de técnico de trabalho [técnica em laboratório], mas aí era muito inviável trabalhar lá e criar minha filha, sendo mãe solo, com quem eu ia deixar? E eu tenho esse privilégio de trabalhar aqui e acompanhar o crescimento, acompanhar o processo escolar, acompanhar tudo, é muitobom. (**Idem**).

Ao enunciar que “é um luxo ser o próprio patrão”, frase muito utilizada pelos trabalhadores autônomos, ela não quer afirmar que não tem um patrão, ou que seja uma trabalhadora autônoma, mas, sim, expressar uma percepção de que trabalhar no contexto familiar lhe propicia benefícios que no mercado de trabalho formal não atingiria. A palavra “luxo” aqui é figurativa desses benefícios então. E afirmar “ser o próprio patrão” é figurativa da liberdade, de não ser vigiada, de ter flexibilidade em relação ao tempo e dias da semana dispendidos no trabalho.

Nesse sentido, a economia que realizam e que provê suas necessidades é

percebida e orientada pelas relações de parentesco estabelecidas e a atividade econômica é responsável pelo bem comum, no caso, o bem comum da família. Lançaremos mão aqui, complementarmente, de outro conceito que muito se aproxima do conceito de economia moral que é o “comum” e o fazemos pela ótica de uma mulher, Silvia Federici (2014, p. 146):

A ideia de o comum e os comuns, nesse contexto, proporcionou uma alternativa lógica e histórica ao binômio Estado e propriedade privada, Estado e mercado, permitindo-nos rechaçar a ficção de que são âmbitos mutuamente excludentes e de que somente existiria escolha entre eles, em relação às nossas possibilidades políticas.

De modo geral, comum é aquilo que é partilhado por um grupo com vistas ao bem-estar do mesmo e que, em certa medida, se afasta de uma lógica econômica tipicamente capitalista. Nesse sentido, a própria dinâmica de produção apresentada por essas mulheres e homens seria um embrião promissor de um comum. Especialmente no que se refere às mandioqueiras, a questão do cuidado, resignificado, como o tratamos, e que envolve as preocupações com os filhos e com a casa e com o tempo livre se coaduna com o chamamento dessa autora:

Se a casa é o oikos sobre o qual se constrói a economia, então são as mulheres, tradicionalmente as trabalhadoras e as prisioneiras domésticas, que devem tomar a iniciativa de reivindicar o lar como centro da vida coletiva, de uma vida perpassada por diferentes pessoas e formas de cooperação, que proporcione segurança sem isolamento e sem obsessão, que permita o intercâmbio e a circulação de posses comunitárias e, sobretudo, que lance as bases para o desenvolvimento de novas formas coletivas de reprodução. (p. 156).

Nesse sentido, a pesquisa revelou um componente afetivo que funciona como um amálgama das relações entre esses sujeitos. Ressalte-se que esse componente abarca mulheres e homens, mandioqueiras e torradores, porém, com expectativas diferentes e com justificativas distintas, e, assim, as interações familiares se configuram com uma alternativa à lógica tipicamente capitalista, embora a essa mesclada. Ou seja, mesmo dependendo e interagindo com essa lógica capitalista, já que é necessário vender ao “mercado” a farinha, e mesmo sendo uma relação “assalariada” pelo instrumento da diária, ainda assim se observa uma resistência, ao estabelecerem seus próprios mecanismos e forma de trabalhar, o que lhes confere uma relativa

liberdade e autonomia se comparada às relações de trabalho formais, fora dos laços de parentesco.

Tal percepção transpareceu durante as entrevistas e, especialmente, durante a roda de conversa. Uma percepção compartilhada por todos que se expressaram. A maioria dos homens e mulheres nunca experimentaram o “trabalho em cidade”, isto é, não tiveram a experiência tipicamente capitalista de trabalhar fora de suas vivências tradicionais. Desse modo, os indivíduos possuem sua própria forma de entender e praticar suas atividades rotineiras, ou seja, trabalhando de forma tranquila e tendo os laços familiares como seu alicerce, conforme o relato a seguir:

Ah rapaz a vida da roça é puxada, mas chega um certo ponto que você se acostuma. Eu nem quero trabalhar de empregado: pra mim sobreviver de um salário, não, né, então. Pra mim foi puxado mais graças a Deus deu de criar família então pra mim a vida é boa. Eu gosto de trabalhar na roça, num tem outra profissão a não ser essa né. Então você vive daquilo que você tá produzindo, né? Então se produziu para a gente sobreviver. (Sr. Justino, entrevista concedida à pesquisadora em 17-09-2023).

Apesar de problemas específicos por morar em zona rural, como alguns salientaram, o viver do que é plantado na roça, a liberdade em utilizar o tempo de forma flexível o faz compreender que gosta daquilo e não se vê trabalhando na cidade, e, para o entrevistado o que a terra lhe oferece e à sua família é compreendido como mais que suficiente para viver. O termo “gostar”, enunciado por Justino, é orientado pela tranquilidade e vivência que aquele contexto familiar lhe proporciona, e o mesmo não se enxerga em outro ambiente por conta que ali se construiu e criou uma economia moral que o sustenta e o tranquiliza bem como às mandioqueiras no que diz respeito aos filhos e à família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar a pesquisa que originou este artigo foi gratificante. Ela possibilitou a reconexão da pesquisadora com suas origens. Do ponto de vista metodológico, fomos surpreendidos, pois havíamos nos programado, orientados pelos princípios da história oral, gravar apenas entrevistas individuais, mas fomos conduzidos, pela ação do próprio

grupo, para a modalidade de roda de conversa gravada. Fizemos essa opção em respeito ao que entendemos ter sido um desejo, expresso de forma tácita, do grupo familiar. A “opção” foi reforçada por entendermos que esse formato não seria algo estranho aos nossos interlocutores e que tem proximidade com as práticas de oralidade no seio das famílias de origem rural.

Ao investigarmos e narrarmos sobre os laços de parentesco e sociabilidade, muitas memórias retornaram, e, porque não dizer, nos emocionaram. Tais laços revelaram que a produção de farinha orientada nessa relação parental promove uma interação diversificada entre os grupos no ambiente da casa de forno, e que os processos de sociabilidade são construídos a partir de valores morais, a depender dos grupos envolvidos, revelando sentidos íntimos e\ou profundos ou mais gerais e superficiais, se formados por mulheres ou homens, respectivamente, o que nos remeteu para a problematização acerca da divisão sexista das etapas e tarefas na produção da farinha, baseada nos valores e costumes da comunidade. E, aqui, a pesquisadora mulher, também se fez presente e sentiu-se tocada e representada.

Percebemos como as mulheres incorporam e reproduzem as representações de gênero socialmente estruturadas que as orientam a se perceberem como provedora “natural” do cuidado com a família, e, especialmente no cuidado com os filhos. Naturalização essa que nega a construção histórica e cultural dessas representações. O cuidado é, pois, por meio dessas representações, entendido e experimentado como uma prática a ser realizada exclusivamente por mulheres, não remunerada e desvalorizada. As mulheres mandioqueiras assumem esse papel e, embora não remunerado e desvalorizado pela sociedade patriarcal, é por elas ressignificado tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista afetivo. Elas expressam a percepção de que teriam um custo maior, caso se dedicassem à uma atividade no mercado formal de trabalho e, ao optarem por trabalhar no seio da família, conseguem o tempo e as condições necessárias para o afeto em família.

Constatamos a construção de um Economia Moral a medida que Mandioqueiras e torradores, não experimentaram o “trabalho em cidade”, uma experiência tipicamente capitalista de trabalhar fora de suas vivências tradicionais. Essas mulheres e

homens expressaram uma percepção muito peculiar sobre as relações de trabalho tendo construindo-as de uma forma que consideram “tranquila” e tendo os laços familiares como seu alicerce.

Apesar de salientarem que morar em zona rural tem seus problemas específicos, foram unânimes em afirmar que o viver do que é plantado na roça, a liberdade em utilizar o tempo de forma flexível os fazem compreender que é a melhor opção e que não se veem trabalhando na cidade e gostam do que fazem. Nesse sentido, é a própria experiência e dinâmica do trabalho e das relações familiares orientadas pela tranquilidade que esse contexto familiar proporciona que os fazem afirmar, algumas vezes categoricamente, que não se enxergam em outro ambiente, uma vez que ali se construiu uma economia moral que os sustentam e os tranquilizam no que concerne ao trabalho, ao sustento, à família, aos filhos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. RJ: Petrópolis. Uma perspectiva pós-estruturalista/: Vozes, 1997.

MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

POLLACK, Michael. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessando. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética da História Oral. In: Projeto História. São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **EDWARD PALMER THOMPSON E A ECONOMIA MORAL DAS MULTIDÕES LATINO-AMERICANA LATINA**. Caminhos da História. Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), México, 2020.

THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII in: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOORTMANN, K. **Com parente não se 'neguceia'**. O campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: UnB, 1990.

Euclides Antunes de Medeiros – Doutor em História (UFU 2012), Mestre em História (UFU, 2000) e Licenciado e Bacharel em História (UFU, 1998). Professor do curso de História da UFNT e professor do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFNT).

Olivia Macedo Miranda de Medeiros – Doutora em História (UFU 2017), Mestre em História (UFU, 2010) e Licenciada em História (UFNT, 2003). Professora do curso de História da UFNT, professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cultura e Território (PPGCULT/UFNT) e do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFNT). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFNT).

Nara Marielle Pires Alves - Licenciada em História (UFNT, 2023).

Recebido para publicação em 01 de julho de 2024.

Aceito para publicação em 11 de agosto de 2024.

Publicado em 22 de outubro de 2024.